

PÓS-MODERNO E A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA: O DEBATE ENTRE FRANK ANKERSMIT E PEREZ ZAGORIN

Post-modern and historiographic practice: the debate between Frank Ankersmit and Perez Zagorin

Leandro Rosa da Silva⁹³

RESUMO: Trata-se de uma breve discussão sobre a trajetória da perspectiva pós-moderna, desde suas manifestações na sociedade até sua consolidação na prática historiográfica. Para tanto, discutimos alguns apontamentos sobre o pós-modernismo como conceito periodizante e nova abordagem histórica, assim como o esmaecimento e a falência das fronteiras modernistas, substituídas pelas manifestações do pós-modernismo. Para consubstanciar nosso discurso referente à prática historiográfica e as considerações que estiveram em voga nas discussões acadêmicas, nos debruçamos sobre o polêmico debate concernente as implicações das atuais propostas pós-modernas e as consequentes objeções modernistas, tomando o debate entre Frank Ankersmit e Perez Zagorin como estudo de caso.

PALAVRAS-CHAVE: Modernismo. Pós-modernismo. Prática Historiográfica.

ABSTRACT: This is a brief discussion of the trajectory of the postmodern perspective, since its manifestations in society until its consolidation in historiographical practice. To do so, we discuss some pointers about postmodernism as a concept to define a period, and new historical approach, as well as dimming and bankruptcy of the modernist borders, replaced by the manifestations of postmodernism. To substantiate our discourse referring to the practice historiographical and considerations that were in vogue in academic discussions, we concentrate on the controversial debate concerning the implications of the current proposals postmodern and consequent objections modernists, taking the debate between Ankersmit and Zagorin as a case study.

KEYWORDS: Modernism. Postmodernism. Historiographical Practice.

INTRODUÇÃO

A crítica e o debate em torno do conceito e propostas estéticas, culturais e teóricas do pós-modernismo mostraram-se polêmicas nas últimas décadas do século passado e pelo visto a multiplicidade do debate permaneceu em alta na primeira década do nosso século. Apontaremos aqui, de forma sucinta, sua trajetória e manifestações a partir da década de 60, com suas

⁹³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ / 2016-2020). Desenvolve pesquisas com ênfase em História da África e História Moderna, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, identidade, imagens e representações iconográficas sobre a África, assim como sua inserção às redes de conexões globais no início do Período Moderno. E-mail: leandrorosa.silva78@gmail.com. O presente trabalho é fruto das discussões e leituras na disciplina *O mundo na pós-modernidade: aspectos políticos e culturais (1970-2010)*, anteriormente cursada no Mestrado em História Social (USS/2015).

implicações, na cultura, assim como na estética artística e literária, que, a partir da década de 80, vem se consolidando nas propostas teóricas da História. No entanto, também é possível perceber avanços e inovações quanto à prática historiográfica, sobretudo com a emergência dos estudos de memória, literatura de testemunho, metodologia oral, micro-história e as diversas vertentes e possibilidades de história comparada. Debruçando-se sobre as transformações que deram origem a sociedade pós-moderna, Fredric Jameson propõe, dentre outras, que tais avanços e adoções se deram concomitante à perda dos referenciais teóricos que, forjados no modernismo anterior a década de 60, delimitavam e demarcavam a alta cultura da cultura popular.

Nesse processo, os agentes demarcadores de uma individualidade, identidade, paradigma e estilo – representado por um artista, autor, intelectual ou teórico – são substituídos por uma falta de referencial ou identidade, comum no pós-modernismo, definido por Jameson como “a morte do sujeito”. Dentre as manifestações do pós-modernismo, numa sociedade extremamente dinâmica e fluida, que surge a partir da década de 60, as propostas e abordagens teórico-narrativas que atendam as demandas da produção acadêmica dessa sociedade, assim como as objeções modernistas em torno da estética narrativista, são algumas questões do breve debate de especificidades na historiografia, tomando a discussão entre Frank Ankersmit e Perez Zagorin como estudo de caso.

“A MORTE DO SUJEITO” E UM NOVO PARADIGMA TEÓRICO

Fredric Jameson, em *O pós-modernismo e a sociedade de consumo*, apresenta uma instigante discussão sobre a concepção da arte, da arquitetura, da literatura, da produção intelectual acadêmica e do comportamento da sociedade capitalista ocidental, frente à perspectiva pós-moderna, que julgamos importante trazer para uma rápida reflexão sobre algumas implicações do pós-modernismo na sociedade e conseqüentemente na historiografia (Cf. JAMESON, 1993: 25-44). Dizemos “conseqüentemente”, pois há um consenso entre os historiadores em que as angústias do presente, o contexto no qual está inserido o pesquisador influenciarão, em maior ou menor medida, em sua pesquisa historiográfica. Nas palavras de Keith Jenkins, em sua obra *A História Repensada*: “o passado é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio presente” (JENKINS, 2001: 33). Nesse sentido, no trabalho supracitado de Jameson, podemos perceber muito bem a

afinidade entre as angústias do presente e a interpretação do passado, essa relação inseparável entre sociedade, arte e literatura (e porque não incluir também historiografia), na qual obviamente o referido trabalho de Jameson também se insere.

Inicialmente, ao propor a sua definição sobre o pós-modernismo, Jameson aponta que “o conceito de pós-modernismo não é amplamente aceito ou sequer compreendido nos dias atuais” (início da década de 80) (JAMESON, 1993: 25) – perceberemos ao longo de nossa discussão que tal resistência e incompreensão permaneceram em voga nos debates teórico-historiográficos até a primeira década do presente século. Segundo a proposta do autor, fica claro que o pós-modernismo não seria unicamente uma nova abordagem histórica, o mesmo ultrapassa a proposta de um novo paradigma pós-moderno:

[...] não é apenas mais um termo para descrever um estilo específico. É também, pelo menos tal como o emprego, um conceito periodizante, cuja função é correlacionar a emergência de um novo tipo de vida social e com uma nova ordem econômica – aquilo que muitas vezes se chama, eufemisticamente, de modernização, sociedade pós industrial ou de consumo, sociedade da mídia ou dos espetáculos, ou capitalismo multinacional (JAMESON, 1993: 27).

Assim, para discutir o pós-modernismo como um conceito periodizante, Jameson julga necessário considerar dois momentos históricos da relação entre a produção cultural e a vida social em geral: o período moderno, tendo início entre os anos 30 e 40, e o pós-moderno que, segundo ele, surge a partir da década de 60. No primeiro período (o modernismo anterior ou clássico) as músicas, as pinturas e a literatura emergiram na clandestinidade; seus conteúdos eram tidos como “perigosos e explosivos, subversivos dentro da ordem estabelecida”. Havia em suas ideias uma ruptura com os costumes morais daquela sociedade; em geral, suas propostas ideológicas e estéticas não combinavam “bem com o mobiliário vitoriano superestofado, com os tabus morais vitorianos, ou com as convenções da sociedade requintada” (JAMESON, 1993: 42).

Em um segundo momento, em um ritmo mais rápido e dinâmico, proposto por um novo conceito de mercado, a partir da década de 60, surge a sociedade de consumo — gestada e concebida junto com o capitalismo pós-moderno. Essa sociedade que surge, detentora e exploradora de um poder de mídia sem precedente, apresenta uma nova ideia de arte: o que é proposto como inédito ou “novo”, agora vem acompanhado do passado, um “retrô” atualizado. Nesse período, Jameson identifica um fenômeno que denomina “pastiche”; ou seja, no pós-modernismo a obra de arte, a literatura, o cinema, a música ou a arquitetura, olhando atentamente, imita a obra de um

artista, teórico, ou qualquer outro autor modernista anterior. Essa prática geralmente se diferencia da paródia no sentido em que celebra, em vez de zombar do trabalho que imita. Nesse contexto é que o autor se utiliza de exemplos como o primeiro filme de Star Wars, que pode ser considerado um pastiche, uma nostalgia da ficção científica dos seriados do mesmo gênero das décadas de 1930/50, como Flash Gordon ou Buck Rogers. Diferente de uma alusão ou uma homenagem, o pastiche apontado e comparado por Jameson, não é uma referência de passagem, mas, em vez disso abrange um trabalho na sua totalidade. É como se nesse período o homem tivesse utilizado todo o seu poder de criação.

[...] os escritores e artistas da atualidade já não podem inventar novos estilos e mundos; apenas um número restrito de combinações é possível; as singulares já foram pensadas. Assim, o peso da tradição estética modernista – agora morta – também “oprime como um pesadelo no cérebro dos vivos”, como disse Marx num outro contexto. Daí mais uma vez o pastiche: num mundo em que a inovação estilística já não é possível, só resta imitar os estilos mortos, falar através das máscaras e com vozes do estilo do museu imaginário (JAMESON, 1993: 30, 31).

Aproximando-se da prática historiográfica, esse ponto se coaduna bastante com o fenômeno observado por Ankersmit no final da década de noventa, que discutiremos acuradamente mais à frente, onde o referido pós-modernista salienta uma superprodução de “guerras de interpretação”, onde há quase que um esquecimento dos textos originais em detrimento da preferência às avalanches de interpretações dos mesmos, “onde não temos mais textos, mais passado, apenas interpretações destes” (ANKERSMIT, 2001a: 114). Voltando ao olhar de Jameson, o mesmo salienta alguns pontos característicos do pós-modernismo na década de oitenta que reverberam não só na sociedade, como também na prática historiográfica atual. Entre eles está o “esmaecimento de algumas fronteiras”; aquilo que antes era observado nos hábitos e atitudes que distinguiam e hierarquizava a sociedade, as “separações fundamentais”, hoje se tornaram quase extintas ou vítimas do “desgaste da distinção prévia entre a alta cultura e a chamada cultura de massa ou popular” (JAMESON, 1993: 26).

Esse desgaste das fronteiras culturais também se faz sentir (naquilo que atualmente lidamos de forma positiva) no diálogo interdisciplinar e intradisciplinar proposto pela Escola dos Annales. Embora, há cerca de oitenta anos atrás, a primeira geração dos Annales, ao propor uma história vista de baixo, ainda envolvia pretensões totalizantes que dificilmente poderiam ser compatíveis com a perspectiva mais fragmentária do pós-modernismo. No entanto a partir de sua terceira geração, o esmaecimento das antigas categorias de campos, áreas de conhecimentos, gênero

e discursos assumem perspectivas mais fragmentárias, múltiplas e dinâmicas que se aproximavam mais do rompimento efetivo das distinções entre a alta cultura e a cultura de massa, recebendo um tratamento de aproximação e diálogo entre si. O fenômeno da micro-história é um bom exemplo do protagonismo da terceira geração, ao se aproximar das perspectivas pós-modernistas que se firmaram, sobretudo nos anos 80. Propunha-se a enxergar através do microrrecorte, rejeitando as grandes generalizações demasiadamente redutoras, ao mesmo tempo em que nomeia um enfoque na complexidade e pluralidade das transformações das sociedades. Carlo Ginsburg é um exemplo clássico que pode sustentar essa aproximação. Em 1976, publica sua obra *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, onde adota o conceito de cultura popular, definindo-a como “o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico”. (GINZBURG, 1986, p. 16)

Ginsburg pesquisa pormenorizadamente a atividade dos inquisidores que investigam e interrogam Menocchio, um moleiro do século XVI, para tentar enxergar a sociedade, o cotidiano e os padrões culturais em circularidade da época. A obra de Ginsburg é um exemplo de como a teoria e a prática historiográfica começava adotar, nesse período, propostas de abordagens focadas em uma escala de observação mais reduzida, onde se podem perceber os processos sociais, culturais e políticos com extraordinárias riquezas de detalhes, descrições densas e meticulosas. Nesse mesmo movimento cresce a preocupação em resgatar o papel das classes sociais, da estratificação, e mesmo do conflito social, sem necessariamente se importar com o lugar ocupado por indivíduos ou grupos na estratificação social. As propostas e abordagens teórico-narrativas, nesse período, conseqüentemente, buscam atender as demandas de produção acadêmica sobre uma sociedade entendida de maneira cada vez mais dinâmica, fluida e multifacetada, onde, muitas vezes, torna-se difícil identificar as fronteiras que delimitam os campos e áreas de conhecimentos afins. Jameson apresenta essa distinção, utilizando como exemplo o estilo teórico de Foucault, não como uma crítica negativa, mas apenas uma observação de que a falência, ou o esmaecimento, das antigas categorias de gênero e discurso também deveria ser considerado entre as manifestações do pós-modernismo.

Uma indicação bem diferente desse esmaecimento das antigas categorias de gênero e discurso pode ser encontrada no que às vezes se denomina de teoria contemporânea. Uma geração atrás, ainda havia um discurso técnico da filosofia profissional [...], ao lado do que ainda era possível distinguir o discurso, muito diferente, das outras disciplinas acadêmicas – da ciência política, por exemplo, ou da sociologia, ou da crítica literária. Hoje, cada vez mais, temos um tipo de texto simplesmente chamado “teoria”, que é todas ou nenhuma dessas

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

coisas ao mesmo tempo. Esse novo tipo de discurso, geralmente associado à França e à pretensa teoria francesa, têm-se difundido muito e assinala o fim da filosofia como tal. Deve a obra de Michel Foucault, por exemplo, ser chamada de filosofia, história, teoria social ou ciência política? Isso é impossível de decidir, como se diz hoje em dia; e sugiro que esse “discurso teórico” também deva figurar entre as manifestações do pós-modernismo (JAMESON, 1993: 26, 27).

Uma das explicações propostas por Jameson, para entender por que o pós-modernismo assumiu o lugar do modernismo clássico – na qual julgamos de igual importância para o entendimento das implicações pós-modernas na historiografia – é o que ele denomina de “morte do sujeito”, ou seja, “o fim do individualismo como tal”, a falência de “um estilo pessoal e privado, tão inconfundível como a nossa impressão digital, tão incomparável como nosso próprio corpo” (JAMESON, 1993: 29). Essa ideia de “sujeito”, apontada pelo autor, estaria no passado, “a morte do sujeito”. Nesse sentido, ele propõe duas possibilidades explicativas para a morte do individualismo como tal: (1ª) a ideia de que havia na era do modernismo “uma coisa chamada individualismo, sujeitos individuais”, mas “hoje esse antigo sujeito individual burguês já não existe”; (2ª) e a mais radical das duas ideias, “que se poderia chamar posição pós-estruturalista”, de que no mesmo período “nunca houve esse tipo de sujeitos autônomos”, o mesmo “foi apenas uma mistificação filosófica e cultural que procurou convencer as pessoas de que elas ‘tinham’ sujeitos individuais e possuíam essa identidade pessoal única” (JAMESON, 1993: 30). Em suma, Jameson entende o “fim do individualismo”, a “morte do sujeito” (tendo existido efetivamente ou tendo ele apenas sido um mito, um constructo filosófico no imaginário social da época), como uma ausência da profundidade, antes existente no modernismo, presente na representatividade que o indivíduo tinha com o seu mundo, que, no pós-modernismo, parece se extinguir. Agora essa relação de identidade única já não é mais reconhecível para o indivíduo e irão refletir diretamente na produção estética da arte, da literatura, da arquitetura, na relação interpessoal e, conseqüentemente, acrescentamos, na prática historiográfica. Tal situação, para o autor, seria um interregno estético, um momento de falta de referencial:

[...] se estão mortas e enterradas a experiência e a ideologia do eu singular, uma experiência e uma ideologia que instrumentaram a prática estilística do modernismo clássico, já não fica claro o que se supõe que estejam fazendo os artistas e escritores do período atual. O que fica claro é, simplesmente, que os modelos mais antigos – Picasso, Proust, T.S. Eliot – já não funcionam (ou são decididamente prejudiciais), uma vez que ninguém mais tem esse tipo de mundo e estilos particulares únicos para se expressar (JAMESON, 1993: 30).

Nesse sentido – uma vez que a prática historiográfica não foge das influências que as transformações culturais e estéticas da sociedade pode exercer sobre ela – a busca de um paradigma teórico mais coerente suscitaram muitos debates sobre as questões pós-modernas no palco das discussões acadêmicas. No entanto, considerando especificamente o conceito pós-moderno na prática historiográfica, a primeira década do presente século produziu críticas acirradas sobre a historiografia pós-moderna (com bordões depreciativos como falta de profundidade, de historicidade, ou por privilegiarem a estética em detrimento do conteúdo) usadas para desqualificar uma determinada abordagem interpretativa, estilo ou perspectiva de pesquisa, de uma gama de pesquisadores que adotaram o pós-modernismo histórico. Tal atitude, a nosso ver, se mostrou inadequada, ao ser utilizada de forma global, como critério de análise, diante da multiplicidade de pesquisadores pós-modernistas com propostas tão diferentes entre si. Portanto, a partir desse ponto, vamos analisar a proposta de um historiador e filósofo assumidamente pós-modernista num interessante embate teórico com um historiador modernista.

A PROPOSTA NARRATIVISTA

Não caberiam aqui, nesse pequeno texto, as considerações múltiplas que poderíamos fazer sobre o paradigma pós-modernista, as suas críticas internas, assim como as externas. Deste modo, escolhemos imbricar aos apontamentos de Jameson algumas observações, no mínimo interessantes, de dois historiadores que adotam práticas historiográficas antagônicas. O debate travado nos três textos entre Ankersmit e Zagorin (publicados inicialmente na revista *History and Theory*, em 1989, traduzidos e publicados em português pela revista *Topoi* em 2001) se trata de um embate agudo e direto entre um pós-modernista e um modernista com suas respectivas propostas, concordâncias, discordâncias e contradições.

Ankersmit, em seu artigo *Historiografia e pós-modernismo* (ANKERSMIT, 2001a: 113-135), chama a atenção para o fenômeno da grande disposição de interpretações sobre textos originais. Para ele, as “comentários sobre comentários”, com suas infindáveis cadeias interpretativas, têm seduzido muitos intelectuais. Esse fenômeno parece extinguir a produção de textos originais, substituídos por uma...

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

“[...] aquarela na qual as linhas se fundem. Isto significa que a ingênua crença de que o texto poderia oferecer uma solução para nossos problemas de interpretação tornou-se tão absurda quanto crer em sinalização de rosa-dos-ventos” (ANKERSMIT, 2001a: 113).

Tal situação produz uma “espessa e opaca cadeia de interpretações”, onde Ankersmit conclui que “não temos mais textos, mais passado, apenas interpretações destes” (ANKERSMIT, 2001a: 114). Ao refletir sobre a produção historiográfica que tendia predominar no presente século, propõe que, em certa medida, o advento da superprodução de textos, que até hoje experimentamos, seria consequência de um crescente número de historiadores, superior ao total de pesquisadores que já existiram desde Heródoto até os anos 60 (ANKERSMIT, 2001a: 115).

No referido artigo, Ankersmit rejeita uma história determinada, exclusivamente, pelo fato histórico e abre um espaço teórico para uma interpretação ainda mais sofisticada; “uma história como uma atividade literária de criação de significado” (MUNSLOW, 2009: 77). Para Ankersmit, não é possível interpretar ou buscar a realidade histórica através dos fragmentos de informações de fontes espalhadas pelos arquivos disponíveis; ele oferece uma alternativa que vai além das pressuposições apontadas pelas evidências. Para ele não é possível seguir uma linha de raciocínio onde o pesquisador busque uma realidade histórica que estaria por trás das fontes e evidências selecionadas, pelo contrário, considera que as mesmas “não apontam para o passado, mas sim para interpretações do passado” (ANKERSMIT, 2001a: 124). Essa interpretação, sob uma perspectiva de prática historiográfica proposta por ele, se aproxima do texto literário de uma forma positiva. Por sua íntima ligação teórica ao desconstrucionismo, característico no pós-modernismo, Ankersmit entende que a objetividade de uma realidade histórica é impossível de ser alcançada. Portanto, diante de uma inevitável subjetividade, os historiadores se utilizam, assim como na literatura, de recursos que atraem atenção para a estética narrativa de seu texto ou discurso (que o autor chama de “natureza intensificada”), “em vez de atrair atenção para uma realidade fictícia ou histórica por trás do texto” (ANKERSMIT, 2001a: 123). Tais comportamentos dão à história uma forma ou aspecto inventado, por exemplo: quando utilizamos expressões semelhantes à “era dos extremos”, “era das revoluções”, “origem da classe trabalhadora inglesa”, “a era do capital”, “o legado religioso” dos africanos, “imagem de um continente ‘pintado de ouvido’”, a “revolução burguesa” no Brasil. Todos esses exemplos são recursos de linguagem utilizados pelos pesquisadores que, tentando se aproximar ou reproduzir realidades históricas, assumem uma forma discursiva de interpretação por

representações, essas representações demonstram certa opacidade, quando associamos às coisas à interpretação da realidade histórica, apontando para uma intenção literária do autor.

Esta é uma característica que o texto literário tem em comum com a historiografia; pois a natureza do olhar sobre o passado apresentado em um texto de história é definida com exatidão pela linguagem usada pelo historiador em sua obra. Por causa da relação entre o olhar historiográfico e a linguagem usada pelo historiador para expressar este olhar — uma relação que nunca entrecruza o campo do passado — a historiografia possui a mesma opacidade e dimensão intensificada que a arte (ANKERSMIT, 2001a: 123).

Assim, Ankersmit defende e acredita numa filosofia da história que concebe a prática historiográfica como uma forma de explanação narrativa, ou seja, a sua função cognitiva estaria situada na substância narrativa do texto, e não essencialmente naquelas afirmações factuais isoladas. Nesse sentido, para ele a história é entendida como uma narrativa construída sobre o passado que só pode ser comparada com outras narrativas – nunca com o passado em si. Por essa perspectiva, o empiricismo deixa de ser o elemento fundamental da representação histórica; a proposta seria analisar o passado por intermédio de suas representações, suas narrativas, em outras palavras; somente a descrição poderia ser avaliada como verdadeira ou falsa.

Reconsiderações modernistas

Já era de se esperar que as discussões que se seguiram às propostas pós-modernas para a prática historiográfica, em torno das associações entre a linguagem, narrativa, estética e história, assim como as questões dos modismos literários, o esmaecimento das fronteiras entre a forma e o conteúdo (fronteiras essas que ainda são muito bem defendidas e representadas pelos modernistas dos dias atuais), trouxessem uma especial atenção ao artigo de Ankersmit e seu instigante debate com o historiador norte-americano, assumidamente modernista, Perez Zagorin. Em seu artigo *Historiografia e pós-modernismo: reconsiderações* (ZAGORIN, 2001: 137-152), o modernista levanta duras críticas ao artigo de Ankersmit. Afirma que o referido holandês pós-modernista, “pode nem ser o primeiro a abraçar o pós-moderno para a historiografia, apesar de talvez realmente ser o primeiro a fazê-lo explicitamente” e reprova a conclamação de Ankersmit aos historiadores adotarem “a perspectiva pós-moderna como a forma nova e superior de compreensão dentro desta disciplina”. Zagorin considera essa posição uma consequência do caráter pluralista da historiografia atual que se encontra sujeita às “influências e modismos” do “pós-moderno em algumas das artes,

bem como na teoria literária e em outras áreas, através de uma ligação com o desconstrutivismo” (ZAGORIN, 2001: 137). Essa ligação tem promovido um número cada vez maior de historiadores e filósofos da história que, como Ankersmit, adotam uma nova proposta de abordagem, onde não abandonam, mas depositam menor ênfase ao empiricismo tradicional, à teorização sociocientífica e dão maior ênfase à relação entre a forma e o conteúdo, à estética narrativa e o objeto e à consequente subjetividade da interpretação histórica. Propostas desconstrucionistas como essas, apropriadas pela abordagem pós-moderna, segundo o crítico-teórico Alun Munslow, aceita que o conteúdo da história, assim como na literatura, “seja definido mais pela natureza da linguagem usada para descrever e interpretar tal conteúdo”. O mesmo princípio é adotado também na construção da análise e “pesquisa de origem documental” (MUNSLOW, 2009: 35) que, sob essa perspectiva, a filosofia da história pós-moderna tende...

[...] a ver a história e o passado como uma série de complexos produtos literários, cuja corrente de significado (s) ou significações deriva da natureza da estrutura da narrativa (ou formas de interpretações) tanto quanto de outros fatores ideológicos culturalmente concebidos (MUNSLOW, 2009: 35).

Nesse sentido, a crítica de Zagorin sobre as concepções pós-modernas (presentes nas defesas de Ankersmit ao narrativo-teórico historiográfico) estaria, no que ele considera, na vulnerabilidade das concepções pós-modernas aos modismos decorrentes da pluralidade interdisciplinar, que orbitam sobre a ligação do pós-modernismo ao desconstrutivismo, da estética narrativa à “morte do autor”⁹⁴ – termo extensivamente empregado por Michel Foucault (1926-1984) –, onde as fontes documentais não significam “uma realidade do passado possível de ser descoberta, conforme encontrada na intencionalidade do autor, mas, ao contrário, oferece apenas uma cadeia de significações e interpretações” (MUNSLOW, 2009: 243). Essas reprovações de Zagorin se concentram na proposição comparativa e apologética de Ankersmit sobre a deficiência do olhar modernista, ao abordar as fontes, e a possível superioridade do olhar pós-modernista sobre as mesmas.

O historiador modernista seguia uma linha de raciocínio que parte de suas fontes e evidências até a descoberta de uma realidade histórica escondida por trás destas fontes. De outra forma, sob o olhar pós-modernista, as evidências não apontam para o passado, mas sim para

⁹⁴ “Deriva do estudo desconstrutivo da literatura principiado por Roland Barthes (1915-1980) [...] que sugere que todos os textos precedem seus autores que são apenas construtos e não podem privilegiar um significado (MUNSLOW, 2009: 243).

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

interpretações do passado; pois é para tanto que de fato usamos essas evidências (ANKERSMIT, 2001a: 124).

Por esse viés Zagorin reprova as propostas pós-modernistas de Ankersmit que, segundo ele, distanciam o passado das evidências; rejeita a tarefa da explicação e o princípio da causalidade; renuncia a verdade em detrimento de uma prática historiográfica como atividade estética, onde o estilo é mais importante. Nas palavras de Zagorin, o pós-modernismo de Ankersmit propõe que:

[...] o historiador deve renunciar à tarefa da explicação e ao princípio da causalidade, além da idéia de verdade, os quais são considerados como parte de um “essencialismo” superado. Em vez disto, deveria reconhecer a historiografia como atividade estética na qual o estilo é o mais importante (ZAGORIN, 2001: 140).

Tal pensamento, segundo Zagorin, torna a prática historiográfica superficial; afasta o passado, a importância da origem e contexto histórico, ao valorizar a interpretação narrativa do historiador. As proposições pós-modernas de Ankersmit, especialmente a crença do mesmo no fatalismo historicista (quando o mesmo propõe uma crise de metanarrativas da historiografia ocidental após a II Guerra) se coadunam, segundo Zagorin, com a análise de Fredric Jameson, que já discutimos anteriormente, sobre a produção cultural contemporânea e suas especificidades representativas do pós-moderno, a exemplo do esmaecimento das antigas categorias de gênero e discurso, a morte do sujeito, assim como a falência de modelos e estilos particulares únicos para se expressar. Embora o crítico modernista acredite que “Ankersmit sem dúvida não aceitaria nenhuma dessas características como representativas do que ele advoga como pós-moderno” (ZAGORIN, 2001: 140), assim resume a avaliação de Jameson ao pós-modernismo – somado, é claro, a algumas inferências suas sobre a obra do autor em questão:

Uma nova falta de profundidade e uma superficialidade; uma cultura fixada sobre a imagem; a diminuição do afeto e a libertação ou o desaparecimento da emoção; o abandono do conceito de verdade como bagagem metafísica desnecessária; o desaparecimento do indivíduo autônomo e a morte do sujeito; a perda da historicidade e do passado; a desintegração do sentido de tempo em uma série de presentes puros e não-relacionados; a prevalência do pastiche e a canibalização de estilos passados. Estas estão entre as mais fortes características e temas, de acordo com a observação perceptiva de Jameson, do pós-moderno como o estilo inapelavelmente ascendente da cultura do capitalismo de hoje (ZAGORIN, 2001: 140).

Se fundamentando na aproximação que faz do narrativismo de Ankersmit à visão jamesoniana, Zagorin não concorda com a prática historiográfica pós-moderna e acusa o historiador

holandês de eleger a estética mais importante que o conteúdo “e o conteúdo uma derivação do estilo” (ZAGORIN, 2001: 146) – o que nos parece ser diferente da proposta do então pós-modernista, que na verdade propõe a indissociabilidade entre conteúdo e estilo, onde o estilo, com seus atributos cognitivos, também têm *status* ontológico de objeto. No entanto, assim define os comentários de Ankersmit:

Seus comentários seriam, mais provavelmente, no sentido de que o conteúdo deriva da leitura crítica de fontes e evidências, da leitura crítica de outros textos sobre o assunto e de suas percepções sobre os inter-relacionamentos existentes na indefinida multiplicidade de fatos relativos ao seu objeto de estudo (ZAGORIN, 2001: 147).

Em suas “reconsiderações” ao artigo de Ankersmit, Zagorin advoga em favor dos modernistas (mesmo com suas interpretações e argumentações históricas, ditas como verdade sobre o passado, baseada unicamente em evidências disponíveis), reconhecendo que ainda que seus textos apresentem considerações muito complexas e “interpretações discutíveis” sobre as fontes abordadas, tem “como um de seus princípios reguladores mais básicos”, “a veracidade em seu sentido mais amplo” (ZAGORIN, 2001: 148). Defende que cabe ao historiador...

[...] determinar o que constitui evidência e para que ela serve, uma vez determinada ela exerce uma pressão contínua. Não estão livres para ignorá-la ou usá-la como bem lhes aprouver. Essa pressão é um dos principais fatores para a formação da obra histórica (ZAGORIN, 2001: 148).

Parece-nos que, para justificar a abordagem historiográfica modernista, Zagorin tende a interpretar proposições bem radicais na fala de Ankersmit. No entanto, as considerações do então pós-modernista giram em torno de uma prática historiográfica que olha para o passado sem desprezar as fontes. Procura deixar bem evidente que o historiador não produz nada sem as mesmas. Por outro lado, pondera que o foco da busca por uma realidade histórica deve deixar de orbitar unicamente ao redor das evidências – como se as mesmas fossem capazes de sozinhas apontarem para o passado. Propõe uma aliança efetiva das evidências com as múltiplas interpretações que podemos ter sobre as mesmas. Interpretações reveladoras de imagens subjetivas do passado, que se apropriam dos recursos narrativos que a literatura pode nos oferecer. Lançar mão daqueles aspectos que foram reprimidos ou que são ditos involuntariamente nas entrelinhas do texto, do mesmo modo que nos apropriamos dos recursos da hermenêutica, da filosofia, da linguística, da sociologia, da

antropologia, entre outros campos de conhecimento que vieram no mesmo movimento de esmaecimento das fronteiras interdisciplinares apontadas por Jameson.

Esses aspectos reprimidos limitariam a prática historiográfica à medida que se somam a ausência de um ímpeto próprio da história enquanto disciplina (apontado por Ankersmit) que, normalmente, pelo menos nos primeiros 30 anos após a II Guerra, “limitava-se ao uso do campo dos *insights* já obtidos no pensamento histórico” (ANKERSMIT, 2001b: 153). No pós-modernismo, o historiador, além de justificar suas fontes (nunca como uma descrição precisa do passado) precisa justificar as perguntas e interpretações que tem sobre as mesmas, além de discutir com outras interpretações sobre a realidade histórica de sua busca.

No entanto, Zagorin apresenta suas reconsiderações como se as propostas de Ankersmit desprezassem esses princípios. Em uma dicotomia excludente, parece que ele elege os modernistas ao inventário dos “historiadores que sabem que podem ser chamados a justificar a veracidade de suas evidências” e elimina os pós-modernistas desse rol – uma vez que, segundo Zagorin, esse peso não teria lugar dentro dos “domínios da estética”, do narrativismo, o que, conseqüentemente, seria reprovado “por estudiosos e leitores críticos”.

Os historiadores sabem que podem ser chamados a justificar a veracidade, adequação e confiabilidade de alegações em particular, interpretações ou mesmo do seu relato como um todo. Seu linguajar tende a incorporar muitas justificativas para os julgamentos, opiniões, descrições e análises que apresentam em seu olhar sobre o passado. Mesmo a mais pura história narrativa não pode dispensar a necessidade de justificativas, se quer ser aceita por estudiosos e leitores críticos (ZAGORIN, 2001: 148).

A RÉPLICA NARRATIVISTA

As duras críticas e reprovações às propostas do então pós-modernista deram fôlego ao debate. A crítica de Zagorin teve a sua resposta quando no mesmo ano (1989) Ankersmit publicou na *History and Theory* o seu artigo *Resposta a Zagorin*. No início de sua réplica, o autor ratifica o seu pensamento teórico-narrativo sobre a prática historiográfica, assim como a função do texto histórico, asseverando certa falta de autonomia à escrita da história, enquanto disciplina (embora não tenha se aprofundado nisto no texto criticado pelo historiador modernista). Lembra que essa carência ocorre desde sua gênese, no momento em que a mesma se desarraigava da filosofia, desdobrando-se para uma filosofia da história, no início do século vinte. Em outras palavras, ainda

que tenha uma história própria, ela sempre esteve atrelada a outra disciplina, salvo o historicismo alemão do final do século dezanove e início do século vinte. Nesse contexto, Ankersmit afirma que “durante boa parte de sua existência, a filosofia da história foi um apêndice da teologia cristã” (ANKERSMIT, 2001b: 153). O desenvolvimento da mesma e...

[...], particularmente, as metamorfoses mais conspícuas que sofreu, no curso de sua longa existência, sempre dependeram do que acontecia fora da filosofia da história em si. Ela jamais possuiu grande ímpeto próprio e normalmente limitava-se ao uso do campo dos *insights* já obtidos no pensamento histórico (ANKERSMIT, 2001b: 153).

Posteriormente, por essa “falta de ímpeto próprio”, aglutinaram-se às funções do texto histórico “doutrinas sobre a razão dialética (Hegel), a razão científica (Condorcet, Comte) ou sobre a natureza racional do homem (Kant)”, culminando, entre as décadas de Cinquenta e setenta, na formação da “pretensa filosofia crítica da história”, onde a mesma teria “finalmente munido a filosofia da história com o tipo certo de perguntas após tantos séculos de especulações inúteis”. No entanto, já na década de oitenta, a filosofia crítica da história “teve que ceder espaço a uma filosofia da história que se utiliza das ferramentas da teoria e críticas literárias” (ANKERSMIT, 2001b: 153). Cabe aqui apontar que, no conceito periodizante de pós-modernismo proposto por Jameson (discutido no início do presente texto), os aspectos pós-modernistas teriam surgido primeiro no comportamento social e nas artes (a partir da década de sessenta) enquanto que as teorias e críticas literárias, salientadas por Ankersmit, só foram incorporadas a prática historiográfica por volta da década de oitenta.

Após justificar seu ponto de vista sobre o vínculo da filosofia da história às “ferramentas da teoria e críticas literárias”, assim como aos recursos de outras disciplinas afins, o autor ratifica, em sua réplica, sua posição narrativista de aproximação e relação entre a forma e o conteúdo, a estética e o objeto, para a formação de “imagens do passado” ou aquilo que ele mesmo denomina “substância narrativa”. O ponto principal de sua réplica gira em torno das discussões entre a visão pós-modernista e modernista sobre a função do texto histórico: no referido artigo, o autor salienta que, na prática historiográfica, o modernista formula os seus enunciados, suas proposições, se baseando em evidências de fontes descobertas em arquivos, ou em outros lugares diversos, como se fosse uma descrição precisa do passado. No entanto, para Ankersmit, a importância que a função do texto histórico deveria dar seria a construção de substâncias narrativas – aquelas interpretações

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

diversas que podemos ter sobre o passado através das fontes ao invés da formulação de enunciados através das mesmas, ou seja:

[...] se quisermos dizer algo que valha a pena sobre o desenvolvimento de textos históricos devemos manter nossas reflexões teóricas focadas nestas “imagens de passado” e não sobre os enunciados individuais (ou subconjuntos de) e o que estes dizem sobre o passado (ANKERSMIT, 2001b: 157).

Vemos que sua resposta à crítica de Zagorin esclarece alguns pontos importantes do primeiro texto. Inicialmente, Ankersmit aponta que, convenientemente, Zagorin descrevera sua posição como “modernista” (ANKERSMIT, 2001b: 154, 155), o que não parece um problema para o mesmo, que sempre se posicionou como tal e parece considerar os pós-modernistas muito hábeis em suas críticas ao modernismo, no entanto, deficientes na defesa de seus paradigmas. Em sua defesa, Ankersmit sustenta que a lógica narrativa não tem outro propósito além de ampliar a compreensão histórica e – diante da postura de Zagorin em discordar da possibilidade do “estilo gerar conteúdo” – o então pós-modernista rebate propondo que as categorias estilísticas podem não só gerar conteúdo como também são recursos cognitivos indispensáveis, pois se apresentam “como uma rede que nos permite pescar as interpretações e substâncias narrativas propostas pelos historiadores” (ANKERSMIT, 2001b: 165). Em todo tempo Ankersmit, assim como no primeiro texto da presente discussão, milita em sua proposta de aproximação narrativa aos pontos contributivos do estilo literário. Defende que, com frequência (embora os modernistas discordem), o historiador recorre à estética do texto, como na literatura, procurando construir um texto mais palatável e alcançar os benefícios cognitivos à apresentação das interpretações da “realidade histórica” por trás do texto (ANKERSMIT, 2001a: 123). Para ele:

[...] o pós-modernismo é, acima de tudo, uma teoria da escrita. Isto é, não tanto uma teoria da interpretação como a hermenêutica, mas sim uma teoria dos efeitos (não intencionais) da escrita interpretativa como os encontramos na teoria literária e, é claro, na escrita histórica (ANKERSMIT, 2001b: 168).

Dando continuidade em sua dicotomia apologética, modernismo x pós-modernismo, esclarece que a história não progride (semelhante às ciências exatas) “através da produção de caixas pretas”, ou seja, aquelas afirmações sobre uma realidade histórica, possível de ser descoberta e que

estariam por trás das evidências apresentadas pelas fontes documentais. Muito pelo contrário, diz o autor, a escrita da história “não conhece caixas pretas”, ela “gera sempre novas interpretações sem jamais chegarmos a uma conclusão (caixa preta)” (ANKERSMIT, 2001b: 169).

Deste modo, no pós-modernismo, a escrita da história oferece apenas uma multiplicidade de interpretações e significações do passado. Nele (no pós-modernismo) não existe uma realidade histórica possível de ser descoberta. Na leitura de Ankersmit, concluímos que em qualquer evento do passado, por mais recente que seja, o máximo que conseguiremos alcançar ao descrevê-lo será apenas uma versão desse evento. Até mesmo as fontes primárias são versões desse passado a que representam. É nesse sentido que Ankersmit apresenta, como meta do historiador, a construção de “um objeto linguístico, a substância narrativa, nos termos pelos quais ele [o historiador] espera que entendamos o passado (ANKERSMIT, 2001b: 170).” Como ele mesmo salientou no início de sua resposta a Zagorin:

Se levarmos a sério o texto e suas substâncias narrativas, nos tornaremos pós-modernistas; se enxergarmos apenas os enunciados permaneceremos modernistas. Ou, para colocar esta questão em forma de slogan, o enunciado é modernista e o texto (histórico) é pós-modernista (ANKERSMIT, 2001b: 157).

Das propostas de Ankersmit podemos inferir e exemplificar que, mesmo que inventem uma “máquina do tempo”, nunca poderemos alcançar ou reproduzir a imagem de uma realidade objetiva do passado, porque esta simplesmente não existe. Mesmo aqueles eventos históricos que presenciamos e carregamos em nossas lembranças, ao descrevê-los, estarão inevitavelmente sujeitos às omissões da seletividade da memória humana, e isso vale também para aqueles sujeitos e instituições que produziram as fontes primárias ao longo dos processos históricos; essas fontes estão sujeitas às intencionalidades de quem as produziram em detrimento daqueles que não participaram da produção das mesmas. Nesse sentido, sabendo que não exista o ofício do historiador sem as suas fontes, as interpretações sobre as mesmas serão sempre subjetivas. Tendo isso em mente, a proposta de Ankersmit é bastante relevante; “a lógica narrativa não tem outro propósito além de ajudar a compreensão” (ANKERSMIT, 2001b: 171), a interpretação do passado (considerando toda sua subjetividade), como proposta de prática historiográfica que aproxime a forma e o conteúdo, a estética narrativa e o objeto sem, no entanto, conceber as evidências como portadoras de uma realidade objetiva do passado. O produto desta proposta para a prática historiográfica seria o que,

em sua essência, o autor chama de substância narrativa, resumido de forma compacta e objetiva nas postulações abaixo:

[...] a linguagem narrativa possui o status ontológico de objeto; que é opaca; que é auto-referente; que é intensificada e, portanto, intrinsecamente estética; que o significado narrativo de um texto (histórico) não é possível de ser decidido, em um sentido importante desta expressão e que tem até as marcas da autocontradição; que o significado narrativo pode ser identificado apenas na presença de outro significado (intertextualidade); que no que concerne ao significado narrativo o texto se refere, mas não a uma realidade fora de si mesmo; que os critérios de verdade ou falsidade não se aplicam a representações históricas do passado; que podemos falar com propriedade de causas e efeitos somente no patamar das alegações; que a linguagem narrativa é metafórica (tropológica) e portanto encarna uma proposta de como devemos olhar o passado; que o texto histórico é um substituto do passado ausente; que representações narrativas do passado têm uma tendência à desintegração (especialmente face a representações rivais do passado); que todas estas alegações pós-modernas tão surpreendentes e até repulsivas ao modernista podem ser justificadas de maneira formal e até “modernista” se estivermos preparados para desenvolver uma lógica filosófica adequada para lidarmos com a substância narrativa. E justificação aqui não tem a conotação de recomendação. Não desejo aplaudir nem condenar nada. A lógica narrativa não tem outro propósito além de ajudar a compreensão. (ANKERSMIT, 2001b: 170)

Contudo, mesmo adotando, àquela altura, a posição pós-modernista, Ankersmit encerra o debate com ressalvas a essa tendência. Concorde com os modernistas que frequentemente é possível encontrar em textos pós-modernistas argumentos breves e rasos, “questões técnicas superficiais e jargões obscuros. Além do núcleo de argumentação e extensão dos textos pós-modernistas serem frequentemente inversamente proporcionais”. No entanto assevera que por baixo do extenso recurso argumentativo do narrativismo realmente existem interpretações do passado “que pode nos dizer muito que não sabíamos e que o modernista nunca se deu ao trabalho de nos dizer sobre o texto (histórico)” (ANKERSMIT, 2001b: 171).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É no mínimo interessante como, ainda hoje, quase duas décadas depois do debate supracitado, a classificação de pós-moderno é assumida de forma tão positiva pelos profissionais da arte, da literatura, da arquitetura – que, às vezes, ingenuamente são aclamados como “alguém a frente do seu tempo”, uma expressão criminosa no ofício do historiador. No entanto, no outro lado da equação, o pós-modernismo muitas vezes tem sido aplicado como um rótulo, quase que um “xingamento”, aos historiadores que “renegam” os paradigmas conservadores, forjados no

modernismo, ou, no limite, é usado como uma classificação estética, teórica e preguiçosa sobre aqueles “pesquisadores não marxistas”.

As defesas de Ankersmit rompem com esses estereótipos, assumindo de forma positiva a classificação pós-moderna na prática historiográfica. Até aqui apresentamos um quadro sobre as propostas teórico-narrativistas que emergem no mesmo movimento de transformações culturais da sociedade pós-moderna, discutida por Jameson, com ideias e comportamentos extremamente fluidos e dinâmicos. Consequentemente a essas demandas, o pós-modernismo vem como uma resposta que não comporta mais àqueles modelos teórico-explicativos totalizantes e científicos que generalizam os fenômenos sociais, pois sempre apresentarão limitações de uma realidade histórica que simplesmente não existe. As múltiplas e dinâmicas transformações sociais influenciam diretamente a prática historiográfica no que tange ao abandono das explicações totalizantes e impulsiona estudos com problemas e objetos cada vez mais fragmentados e específicos. É nesse cenário que surgiu, na historiografia da década de 80, a proposta da “morte das metateorias” do modernismo, uma vez que “morte do sujeito” já havia sido formulada na década de 60. Nesse mesmo movimento, o pós-modernismo e o consequente narrativismo de Ankersmit se apresenta com uma atenção especial a estética, à linguagem e a literatura, onde escrever e falar do passado é entender melhor os recursos estéticos e literários pelos quais escrevemos e falamos dele através das evidências.

Enfim, da leitura de Jameson e do polêmico debate entre Ankersmit e Zagorin, podemos sugerir algumas considerações que estiveram em voga sobre as implicações das propostas pós-modernas na prática historiográfica. A valorização e ampliação do discurso interdisciplinar, assim como a adoção de uma análise do passado por intermédio de suas representações, suas narrativas, em detrimento do distanciamento do empiricismo, como elemento fundamental da história, são desdobramentos da abertura pós-moderna. Por outro lado, devido o esmaecimento das antigas categorias de gênero e discurso, apontadas por Jameson, assim como a abertura interdisciplinar decorrente do mesmo movimento, não é raro depararmos com escritores, e suas respectivas obras literárias, que se inclinam para a investigação histórica, são aceitos como tal e, com as devidas restrições teóricas, são cada vez mais citados em bibliografias de pesquisa histórica. Porém, invertendo a equação, nos deparamos também com obras de historiadores que, seduzidos pela valorização da estética, do discurso e das formas de representação através da linguagem, escorregam por vezes em falhas conceituais, paradigmas superados, pesquisas superficiais em

fontes, anacronismos e outros erros no ofício do historiador que, adotando o pós-modernismo, se esquece de alguns pressupostos teóricos que, mesmo forjados no modernismo clássico apontado por Jameson, ainda estão em vigor. Para aqueles que adotam o narrativismo como prática historiográfica, é preciso encontrar um equilíbrio entre a estética pós-moderna (com suas propostas de cognição e explanação narrativa, capazes de produzir textos, consideradas por muitos, mais palatáveis) e as fronteiras teóricas que distinguem o ofício do historiador.

BIBLIOGRAFIA

ANKERSMIT, Frank R. *Historiografia e pós-modernismo*. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001a, pp. 113-135. Disponível em: <www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi2a4.pdf>. Acesso: 23/05/14.

_____. *Resposta a Zagorin*. In: *Topoi*, RJ, mar. 2001b, p. 153 -173. Disponível em: <www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi2a6.pdf> Acesso: 23/05/14.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1986.

JAMESON, Fredric. *O pós-modernismo e a sociedade de consumo*. In: KAPLAN, E. Ann, org. *O mal estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo, Contexto, 2001.

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ZAGORIN, Perez. *Historiografia e pós-modernismo: reconsiderações*. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 137-152. Disponível em: <www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi2a4.pdf> Acesso: 23/05/14.